

## PESQUISAS SOBRE REDES INTERORGANIZACIONAIS: UMA DISTINÇÃO PARADIGMÁTICA

### RESEARCH ON INTERORGANIZATIONAL NETWORKS: AN PARADIGMATIC DISTINCTION

*Fábio Vizeu\**

*Antônio João Hocayen da Silva\*\**

---

#### RESUMO

O presente estudo visa desenvolver uma proposta de distinção paradigmática para as pesquisas sobre as redes interorganizacionais. Partimos do pressuposto de que, nos últimos anos, têm se desenvolvido, no meio acadêmico duas abordagens epistemologicamente distintas para tratar este assunto, representadas pela corrente técnico-econômica, por um lado, e, por outro, pela leitura fenomenológica da experiência dos distritos italianos. Na elaboração do esquema analítico, tivemos por referência o modelo meta-teórico de Burrell e Morgan e a Teoria Crítica de Habermas. Neste sentido, buscamos evidenciar pressupostos diametralmente opostos, tendo por base concepções distintas sobre o mesmo fenômeno. Considerando a forte predominância da orientação técnico-econômica no campo de pesquisas organizacionais, propomos, em nossa conclusão, algumas diretrizes para a ampliação de pesquisas sobre redes interorganizacionais centradas na abordagem histórico-cultural.

**Palavras-chave:** Redes Interorganizacionais. Epistemologia. Distritos Italianos. Paradigma Técnico-Econômico. Paradigma Histórico-Cultural.

---

Manuscript first received/Recebido em: 23/8/2014 / Manuscript accepted / Aprovado em: 18/11/14

\* Doutor em Administração pela EAESP/FGV; Professor Adjunto do Mestrado em Administração da Universidade Positivo. Endereço: Universidade Positivo – Programa de Mestrado e Doutorado em Administração, Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300, Campo Comprido, CEP 81280-330, Curitiba - PR, Brasil. E-mail: [fabio.vizeu@gmail.com](mailto:fabio.vizeu@gmail.com)

\*\* Doutor em Administração pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Administração/PMDA, Universidade Positivo. Professor Adjunto na Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO, Campus Irati. Endereço: Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO, Campus de Irati, Departamento de Administração, PR 153, Km 7, Riozinho, CEP 84500-000, Irati – PR, Brasil. E-mail: [hocayen@yahoo.com.br](mailto:hocayen@yahoo.com.br)

## ABSTRACT

*This study aims to develop a proposal for a paradigmatic distinction for research on interorganizational networks. We assumed that, in recent years, have been developed in academia two distinct epistemologically approaches to addressing this issue, represented by the current technical-economic, on the one hand, and on the other, by the phenomenological reading of the experience of the Italian districts. In preparing the analytical scheme, had by reference the meta-theoretical model of Burrell and Morgan and the Critical Theory of Habermas. In this sense, we seek to embed diametrically opposed assumptions, based on different conceptions of the same phenomenon. Considering the strong predominance of the technical-economic orientation in the field of organizational research, we propose in our conclusion some guidelines for the expansion of research on interorganizational networks centered on historical-cultural approach.*

**Keywords:** *Interorganizational Networks. Epistemology. Italian Districts. Technical-Economic Paradigm. Historic-Cultural Paradigm.*

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, cada vez mais o fenômeno das redes interorganizacionais tem se destacado como mecanismo efetivo de coordenação das atividades organizacionais. Considerado quase sempre como estrutura alternativa capaz de promover a competitividade e a continuidade das empresas em um contexto cada vez mais mutável e incerto, tal modelo tem sido largamente adotado pelas organizações produtivas, especialmente, as pequenas empresas.

No contexto brasileiro, conforme apontam Castro & Gonçalves (2014), embora recentes, como no caso dos Arranjos Produtivos Locais, redes interorganizacionais têm sido percebidas cada vez mais como modelos de gestão capazes de contribuir para o desenvolvimento organizacional. A complexidade inerente aos fenômenos sociais de redes pode ser percebida, como sugerem Oliveira e Lopes (2014), a partir da dimensão das implicações ocasionadas por tais fenômenos, que afetam não só o contexto organizacional, mas, de forma significativa, o ambiente que circunscreve essas organizações, bem como as relações sociais estabelecidas entre os atores inseridos nessa dinâmica. Balestrin, Verschoore & Reyes Junior (2010) e Zancan *et al.* (2013) enfatizam que o fenômeno de redes constitui-se em um mecanismo estratégico que permite a ação eficiente das organizações, principalmente as de pequeno e médio porte, na manutenção do posicionamento competitivo atual, bem como na busca por novos mercados.

Em razão disto, também tem crescido o interesse acadêmico por tal questão, tendo sido o modelo de redes um objeto de estudo frequentemente adotado nos principais canais de pesquisa, sendo investigado de acordo com Balestrin, Verschoore & Reyes Junior (2010), de forma crescente e com maior frequência a partir de 1990. Contudo, Castro, Bulgacov & Hoffmann (2011) enfatizam que a elevação no número de pesquisas não aponta para uma consolidação desse campo de estudos, essencialmente pelo “caráter interdisciplinar e complexo das redes interorganizacionais” (OLIVEIRA; REZENDE; CARVALHO, 2011, p. 69).

Nesse sentido, um campo profícuo para o entendimento do fenômeno de redes é a área de Estudos Organizacionais (ZANCAN *et al.*, 2013), especialmente a de tradição norte-americana, em que aos relacionamentos interorganizacionais é atribuído o caráter puramente econômico (OLIVEIRA; LOPES, 2014). Neste campo acadêmico, a explicação do desenvolvimento das redes interorganizacionais tem por principal referência a questão da eficiência econômica, especialmente sob a égide da estratégia competitiva (PORTER, 1998), em que a estruturação em rede é tida como um importante diferencial para permitir a organização uma maior adaptabilidade às pressões e mutações do ambiente, cada vez mais rápidas e intensas (MILES; SNOW, 1986; CRAVENS, PIERCY; SHIPP, 1996).

Pode ser percebido ainda como um modelo de coordenação interorganizacional que possibilita maior eficiência e competitividade pela concentração de competências e recursos produtivos, assim como através da minimização de custos de operação e logística (MILES; SNOW, 1986; CRAVENS; PIERCY; SHIPP, 1996; PORTER, 1998; PREMARATNE, 2001; GEORGE; WOOD JR.; KHAN, 2001). Nesta vertente, importantes referências teóricas têm se destacado, como é o caso da teoria dos custos de transação (HILL, 1990; WILLIAMSON, 1991) e da teoria de dependência de recursos (GEORGE; WOOD JR. ; KHAN, 2001), assim como o conceito de *cluster* desenvolvido a partir da abordagem da Organização Industrial (PORTER, 1998).

Paralelamente ao entendimento sobre redes predominante no campo dos Estudos Organizacionais, surge a partir do interesse interdisciplinar da tradição não-funcionalista de ciências sociais uma perspectiva diferente sobre o fenômeno. Incitados especialmente pelo caso dos distritos italianos, os autores desta abordagem têm questionado o pressuposto exclusivamente econômico e instrumental adotado pelo entendimento funcionalista, aludindo a necessidade de se considerar de forma mais significativa o imperativo histórico-sócio-cultural como fundamento explicativo da efetividade das redes. Neste novo enfoque, a orientação técnico-econômica dá lugar a uma perspectiva mais subjetivista, vinculada à tradição fenomenológica da ciência social. Assim, em vez de categorias econômicas reificadas, são enfocadas categorias sócio-culturais, como as relações afetivas de confiança, os aspectos de identidade cultural, a dimensão intersubjetiva da interação social e as prerrogativas históricas do território e/ou da comunidade (INZERILLI, 1990; BAGNASCO; TRIGILIA, 1990; RITAINE, 1990; RAVEYRE; SAGLIO, 1990; BELLANI, 1990; LAZERSON, 1995; KUMAR, VAN DISSEL; BIELLI, 1998; COCCO, 1999; BENKO; LIPIETZ, 2000).

Oliveira & Lopes (2014) enfatizam que os estudos sobre redes se dedicam à análise de categorias como cooperação e competição, ou uma terceira classe, que seria o misto entre as duas anteriores, a coopeção, nas relações interorganizacionais efetivadas em um nível macro, tendo como foco central as organizações envolvidas. Defendendo a relevância de estudos que considerem o nível micro, ou seja os atores sociais imersos nas redes, os autores apontam para a relevância de análises que tratem a conjuntura das relações interpessoais entre os indivíduos “com a mesma importância das redes interinstitucionais na literatura de Administração” (OLIVEIRA; LOPES, 2014a, p. 535).

Contudo, embora reconheçam a importância de estudos científicos direcionados ao nível micro de investigação, Balestrin & Verschoore (2014) enfatizam que relacionamentos entre indivíduos imersos em redes não se dissociam de contextos organizacionais. Defendem que “nas redes como organizações estão contidas tanto as características das redes quanto as características comuns às organizações, entre as quais estão os laços, os atores e seus relacionamentos interdependentes,

bem como estratégia, estrutura, coordenação, processos e relacionamentos” (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2014, p. 529).

Nesse sentido, considerando-se a multiplicidade de visões acerca do fenômeno de redes interorganizacionais, o estudo se justifica pela nítida diferenciação no tratamento da questão das redes interorganizacionais entre a abordagem técnico-econômica norte-americana e a tradição histórico-cultural de autores europeus, de modo que assume como objetivo central a elaboração de uma proposta de distinção paradigmática para as pesquisas sobre redes interorganizacionais. Para tanto, é necessário um melhor entendimento dos pressupostos subjacentes a estas diferentes orientações.

Conseqüentemente, entendendo mais profundamente o caráter das epistemologias que sustentam ambas abordagens, acredita-se ser possível revelar diferentes estruturas de pesquisa, que denotam em visões distintas do mesmo fenômeno. A descrição de tal diferenciação poderá permitir a compreensão de certas ambigüidades ainda presentes nos estudos empíricos sobre redes interorganizacionais, muitas vezes não apreendidas devido a ausência de uma base epistemológica coerente no momento de elaboração do quadro teórico de referência dos estudos.

Contudo, com base nos objetivos delimitados, cabe aqui a ressalva de que não temos nenhuma pretensão de propor um novo modelo teórico. Apenas almejamos em nosso esforço indicar um caminho alternativo de entendimento do campo acadêmico, bem como do fenômeno em si, tendo o presente trabalho essencialmente valor analítico e ilustrativo.

Assim, após essas considerações iniciais, para atender aos propósitos centrais de investigação, o artigo está estruturado em cinco seções, a saber: no enfoque metodológico, são apresentados os procedimentos adotados para a construção das discussões e proposições analíticas acerca da teoria sobre redes interorganizacionais; em seguida, consta uma breve análise epistemológica de elementos que se destacam nas duas abordagens sobre rede aqui consideradas; a partir dessa análise epistemológica, nos dois próximos tópicos, dedica-se à apresentação dos pressupostos epistemológicos da orientação Técnico-econômica de cunho funcionalista e da orientação Histórico-cultural de cunho fenomenológico; em tempo, as considerações finais com uma agenda de pesquisa para estudos futuros baseados na abordagem histórico-cultural e as referências bibliográficas utilizadas na construção do estudo.

## 2 ENFOQUE METODOLÓGICO

A principal orientação metodológica do presente trabalho se refere à apreciação pela crítica epistemológica, vinculada, por exemplo, a vertente da teoria organizacional crítica (STEFFY; GRIMES, 1986; ALVESSON; DEETZ, 1999). Nesse sentido, buscamos constituir uma base analítica dos pressupostos subjacentes às duas abordagens de estruturação em rede aqui consideradas, de maneira a permitir o entendimento da diferenciação paradigmática pretendida. Assim, primeiramente efetuou-se a elaboração do quadro de análise, tendo por base importantes premissas da filosofia da ciência consideradas nos estudos sociais, para, em seguida, empreender-se a categorização das duas abordagens em questão.

Da mesma forma, utilizamos, como critérios de seleção dos textos de referência, os pressupostos apresentados pelo modelo habermasiano sobre a orientação técnico-cognitiva e a orientação histórico-cultural na apreciação do fenômeno de redes interorganizacionais. Deste critério de seleção, emergiu

um segundo aspecto, o da vinculação contextual da teoria de base da perspectiva, de onde verificamos a associação entre a primeira orientação com o contexto anglo-saxão e a segunda, com uma perspectiva europeia não-inglesa.

No intuito de gerar maior consistência ao modelo aqui proposto, em um segundo momento, apresentamos diretrizes para nortear pesquisas sobre redes interorganizacionais centradas na abordagem paradigmática histórico-cultural, tendo em conta ser esta abordagem ainda pouco utilizada nos estudos sobre este objeto de pesquisa. Nesse sentido, tivemos por orientação o quadro teórico de referência e a natureza das questões escolhidas como categorias e/ou questões centrais de análise.

### 3 PRESSUPOSTOS PARADIGMÁTICOS CONSIDERADOS

Na caracterização de diferentes paradigmas, os teóricos têm se valido essencialmente de uma abordagem de crítica epistemológica dos pressupostos subjacentes a diferentes correntes de pensamento. Tal procedimento corresponde a um esforço de análise filosófica (comumente chamada de filosofia da ciência), que se justifica devido ao caráter conflitante de diferentes visões de mundo pressupostas no pensamento dos autores, bem como nas principais escolas de ciências sociais.

Hassard (1993) considera que o sentido original da ideia de paradigma (tal qual cunhado por Thomas Kuhn) indica *incomensurabilidade e relativismo* no processo de comunicação entre diferentes paradigmas; todavia, este autor ressalva que isto não pode ser considerado como um impedimento à análise multi-paradigmática, dado que – de acordo com a recente abordagem da filosofia da linguagem –, no processo do jogo de linguagem do cotidiano, existem distintos níveis de interpenetração entre as linguagens conflitantes, o que possibilita uma certa abertura para a construção de pesquisas inter-paradigmáticas.

Isto posto, o presente trabalho se define como uma breve análise epistemológica de elementos que se destacam nas duas abordagens sobre rede aqui consideradas – a orientação técnico-econômica de tradição norte-americana e a abordagem fenomenológica de europeus não saxônicos (especialmente franceses e italianos) –, de maneira que se possa melhor compreender diferentes formas de pensamento subjacentes a estas.

É nesse sentido que se pretende caracterizar o que chamamos de distinção paradigmática, tendo em vista que, no presente esforço, consideramos referenciais filosóficos constituídos por importantes autores da filosofia da ciência e da sociologia da teoria organizacional. Contudo, é necessário ressaltar que, dada a brevidade do trabalho, seu resultado deve ser considerado apenas como um esforço didático-analítico, sendo necessários estudos futuros mais profundos para que se consolide a proposta aqui pretendida.

Temos por base em nossa análise epistemológica dois modelos de análise paradigmática. O primeiro corresponde à distinção meta-teórica de Burrell & Morgan (1979) sobre a orientação subjetivista *versus* objetivista na concepção de ciência, base que serviu para que os autores diferenciassem melhor os pressupostos entre importantes paradigmas em ciências sociais. O outro modelo advém do pensamento epistemológico-crítico de Habermas, especificamente no que tange a sua análise sobre as diferentes ontologias subjacentes ao contexto das ciências sociais (HABERMAS, 1987) e a sua teoria sobre conhecimento e interesse (HABERMAS, 1975).

Burrell & Morgan (1979) apresentaram um modelo meta-teórico sobre paradigmas da teoria sociológica, no qual a diferenciação paradigmática era dada a partir de dois eixos elementares, que, integrados de forma matricial, formavam quatro quadrantes distintos, cada um correspondendo a um paradigma. Um destes eixos diz respeito a diferentes diretrizes filosóficas quanto à natureza da ciência social e de seus pressupostos. Denominado por eixo subjetivista/objetivista, este considerava duas orientações antagônicas e excludentes, ordenadas a partir de quatro categorias de pressupostos: a ontologia, a epistemologia, a natureza humana e a metodologia.

Em relação à dimensão ontológica, a orientação objetivista de ciência social é realista, ou seja, considera o mundo externo ao indivíduo como uma entidade independente da sua cognição, abarcando uma existência própria independente da concepção que se possa fazer dele. A orientação subjetivista, por sua vez, tem por pressuposição ontológica o nominalismo, a concepção de realidade relativizada à cognição humana, em que atribuímos um sentido ‘pseudo-objetivo’ às coisas do mundo externo para que este se apresente com um certo sentido para nós. Na concepção realista, o mundo social abarca um caráter concreto, independente do significado que lhe dermos, o que não ocorre na perspectiva nominalista, na qual a natureza das coisas do mundo é definida de acordo com o significado socialmente compartilhado dado a estas.

A principal epistemologia nas ciências sociais é o positivismo. Isto se explica especialmente pela forte influência que esta vertente filosófica teve na consolidação da sociologia enquanto disciplina acadêmica, através de Durkheim e Comte. Atribui-se ao positivismo uma postura científica preditiva, focada na revelação e explicação das regularidades subjacentes às estruturas sociais, percebidas como entidades objetivas, equilibradas enquanto sistema auto-sustentado.

Nesse caso, o pesquisador assume a postura de observador externo, capaz de apreender o fenômeno social na medida em que se abstraia dele e utilize métodos científicos adequados. Em contraposição, a partir das posturas filosóficas relativistas – como, por exemplo, a fenomenologia – a efetividade da postura de observador externo passa a ser questionada, pois se considera somente possível apreender a realidade a partir da perspectiva daquele que está inserido no contexto sócio-cultural analisado.

Assim, surge a orientação anti-positivista, denominação utilizada no sentido de destacar que esta assume oposição à epistemologia dominante em ciências sociais. Dessa forma, dois importantes pressupostos anti-positivistas são “dar voz ativa” ao sujeito do fenômeno investigado e o uso da hermenêutica como referencial analítico no lugar da orientação empírico-quantitativa do positivismo.

No que se refere à natureza humana, a orientação objetivista e subjetivista podem ser definidas a partir do determinismo e do voluntarismo, respectivamente. No primeiro caso, pressupõe-se ser o homem totalmente condicionado pelo meio em que atua; no segundo, existe a prerrogativa de que o ser humano é autônomo, dado seu livre-arbítrio e sua condição de sujeito agente. Por fim, a dicotomia objetivismo/subjetivismo pode ser considerada pelo caráter da metodologia privilegiada como recurso legítimo de investigação.

No pólo objetivista, são legitimados os métodos nomotéticos de pesquisa, ou seja, aqueles constituídos a partir da sistematização formal de protocolos e técnicas quantitativas; na dimensão subjetivista, dado o caráter central dos pressupostos abstratos e relativizados a partir da perspectiva dos sujeitos investigados, faz-se uso de uma metodologia ideográfica, ou seja, formas de cunho informal, em que se busca uma flexibilização capaz de melhor apreender a dimensão qualitativa dos fenômenos sócio-culturais.

A dicotomia da orientação objetivista/subjectivista de Burrell e Morgan também pode ser observada à luz da apreciação feita por Habermas (1987) sobre as três grandes dimensões ontológicas apreendidas pelas ciências sociais:

- a) **o mundo objetivo**, que corresponde à ontologia realista, abarca uma relação teleológica do sujeito com a realidade objetivante, refletindo uma perspectiva monológica e uma atitude instrumental; no âmbito racional, a ação empreendida na esfera de mundo objetiva é cognitivo-instrumental e pressupõe o êxito como referência central para a efetividade da ação; o atributo técnico é primordial, pois reflete os aspectos significativos para a intervenção do ser cognoscente na realidade objetiva;
- b) **o mundo subjetivo**, onde a essência interna da natureza humana é apreendida somente de forma relativa, dado que se faz necessário para isto uma postura expressiva do sujeito; tal relativização da realidade interna do sujeito corresponde à ontologia nominalista; nesta esfera, a orientação monológica e o sentido instrumental da ação deixam de ser o referencial, caso se pretenda apreender de melhor forma a subjetividade do outro, no processo denominado de intersubjetividade; assim, o estabelecimento de um sistema simbólico compartilhado – a linguagem – pressupõe a orientação para o entendimento na relação intersubjetiva plena;
- c) **o mundo social**, reflexo da construção social da realidade, e relativo ao aparato normativo no qual o sujeito se condiciona por ser um agente social; considerando o arcabouço cultural compartilhado pelos membros de uma mesma comunidade, nesta esfera também se tem a busca pelo acordo como orientação pressuposta da ação.

A teoria de Habermas sobre a relação da ciência com interesses cognitivos (HABERMAS, 1975) também contribui para o entendimento de como diferentes esferas ontológicas determinam o processo de construção do conhecimento científico. Esta tese de Habermas constitui-se a partir da ideia de que o conhecimento científico não está livre de ‘juízos de valor’, tendo em conta especialmente a relação entre teoria e prática (HABERMAS, 1975; WILLMOTT, 1997).

A teoria sobre *conhecimento e interesse* propõe que o conhecimento científico tem sido construído a partir de dois tipos de interesse o técnico e o prático (histórico-hermenêutico)<sup>1</sup>. O primeiro corresponde à esfera do mundo objetivo e delimita a estrutura epistemológica da abordagem de investigação em função de um propósito de predição e manipulação focado na identificação e manipulação de variáveis e tendo por orientação o cálculo, já que, nesta abordagem, é dado destaque à racionalidade cognitivo-instrumental. O modelo de ciência que privilegia o interesse técnico é o empírico-analítico (também conhecido por modelo de ciências naturais), modelo este adotado na esfera social pelas ciências de tradição positivista (HABERMAS, 1975), como, por exemplo, é o caso do funcionalismo (MINAYO, 1993).

<sup>2</sup> Habermas (1975) apresenta um terceiro tipo de interesse científico, denominado por ele como emancipatório. Esta terceira orientação é atribuída à ciência de conteúdo crítico (onde a sua maior representante é a Teoria Crítica) que, em consideração a aspectos relativos a uma condição de dominação ideológica não considerada pelas outras formas de ciência (a empírico-analítica e a histórico-hermenêutica), proporcionam a verdadeira emancipação do homem (emancipação esta pressuposta na promessa de ‘libertação pela ciência’ pretendida pelo Iluminismo). Como as duas abordagens sobre rede consideradas no presente estudo não necessariamente se caracterizam por um conteúdo crítico, optamos por não considerar aqui este terceiro tipo de orientação aludido por Habermas.

O interesse denominado por Habermas como ‘prático’ reflete as ciências de cunho histórico-hermenêutico, nas quais o conhecimento é constituído no sentido de prover o entendimento, ou seja, “o acesso aos fatos é dado através da compreensão do sentido, em lugar da observação” (HABERMAS, 1975, p. 296), e em que o entendimento é obtido através da interpretação mediada por categorias históricas. Uma importante abordagem sociológica que se enquadra neste tipo é a fenomenologia (a abordagem filosófica Husserl<sup>2</sup>, que foi incorporada à sociologia por Schutz [1979]), que tem por base a relativização da explicação sociológica da realidade à perspectiva do mundo vivido pela comunidade considerada na investigação.

De acordo com Willmott (1997, p. 318), “este interesse é denominado ‘prático’ porque o processo de dar sentido ao mundo é entendido como uma pré-condição de qualquer forma de ação social, incluindo a predição e o controle de processos objetificados”. Ou seja, o interesse prático reflete a ontologia nominalista, e, por isso, congrega o conjunto de pressupostos que correspondem à orientação subjetivista de ciências sociais.

Assim, por não se referir somente a categoria de mundo objetivo, a orientação histórico-hermenêutica considera relações racionais que vão além de um racionalismo utilitário, justamente por considerarem que a esfera econômica – ou seja, o âmbito mais significativo para o cálculo utilitário – não constitui a única dimensão da vida humana associada (RAMOS, 1989). Assim, surge a ideia de intersubjetividade, ou seja, a cognição constituída culturalmente, que é verificada a partir de um entendimento mútuo entre membros de uma mesma comunidade linguística. Este conceito revela que a realidade é socialmente construída na medida em que os significados são intersubjetivamente compartilhados (BERGER; LUCKMAN, 1995).

A partir deste fundamento psicológico, a questão cultural sobressai-se como fator relevante na explicação dos fenômenos sociais, tida especialmente sob a perspectiva da esfera do mundo da vida cotidiana, ou seja, a esfera de mundo culturalmente constituída, que abarca significado lógico somente para a comunidade inserida nele (SCHULTZ, 1979). Isto posto, verifica-se a existência de outros tipos de orientação racional, como, por exemplo, a centrada na competência comunicativa, proposta por Habermas (1987)<sup>3</sup>.

Metodologicamente, tanto a análise de Burrell e Morgan quanto a de Habermas acabam por reforçar as distinções entre duas importantes vertentes da sociologia atual: a fenomenologia e o funcionalismo. Apesar da abordagem funcionalista não se configurar exclusivamente pelo empirismo pressuposto no positivismo sociológico, um foco empírico no tratamento dos fenômenos sociais ainda é um pressuposto importante desta abordagem de investigação (MINAYO, 1993). Por outro lado, a metodologia fenomenológica é essencialmente nominalista (pois tem como pressuposto principal a questão da cognição [MINAYO, 1993]) e, por isso, reflete uma preocupação maior pelas questões abstratas da realidade social, em detrimento de categorias objetivadas da realidade. Assim, pode-se inferir que:

- a) a tradição funcionalista de pesquisa atua mais na esfera de mundo objetivo, buscando categorias quantificáveis e passíveis de manipulação; ainda, reflete um interesse maior pelas questões técnico-econômicas, justamente por ser neste âmbito que o contexto organizacional melhor se objetiva;

---

<sup>3</sup> Segundo Minayo (1993, p. 55), a fenomenologia de Husserl tem por princípio fundamental a ideia de que “os atos sociais envolvem uma propriedade que não está presente nos outros setores do universo investigado pelas ciências naturais: o significado”.

<sup>4</sup> Apesar de não se poder caracterizar a teoria da ação racional comunicativa de Habermas (1987[a]) como sendo exclusivamente fenomenológica, esta tem como principal fundamento a ideia de intersubjetividade, conceito este central na fenomenologia.



b) os estudos de orientação fenomenológica, por sua vez, atuam mais no âmbito do mundo subjetivo e mundo social, abarcando questões qualitativas que somente podem ser apreendidas a partir da perspectiva da cultura investigada; neste sentido, as questões econômicas são tratadas de forma tangencial, pois são consideradas como o reflexo de estruturas sócio-culturais que vão além da dimensão concreta da realidade.

A partir desta breve apreciação epistemológica, seguimos com a apresentação dos dois modelos de tratamento da questão das redes interorganizacionais aqui considerados.

**Quadro 1 – Pressupostos epistemológicos de duas orientações contrárias em ciências sociais**

| <b>Orientação</b>  | <b>Técnico-econômica de cunho funcionalista</b>   | <b>Histórico-cultural de cunho fenomenológico</b>   |
|--|---|---|
| <b>Características</b>   |   |   |
| <b>Pressuposições relativas à ciência social</b>               | <b>Objetivista:</b><br>Ontologia realista<br>Epistemologia positivista (empiricista)<br>Visão determinista da natureza humana<br>Foco em metodologias nomotéticas | <b>Subjetivista:</b><br>Ontologia nominalista<br>Epistemologia anti-positivista<br>Visão voluntarista da natureza humana<br>Foco em metodologias ideográficas |
| <b>Esfera de mundo privilegiada na investigação</b>            | Mundo objetivo  | Mundo subjetivo e mundo social  |
| <b>Interesse de pesquisa</b>                                   | Técnico   | Compreensivo  |
| <b>Formato de ciência</b>                                      | Empírico-analítica (modelo de ciências naturais)  | Histórico-hermenêutica  |
| <b>Orientação racional pressuposta no comportamento social</b> | Racionalidade cognitivo-instrumental  | Racionalidades de cunho intersubjetivo  |
| <b>Principal dimensão social focalizada na investigação</b>    | Dimensão econômica  | Dimensão cultural   |

Fonte: Elaboração Própria.

Nesse sentido, temos por base a dicotomização proposta ao longo da análise empreendida nesta seção, resumidamente considerada no quadro 1, acima. Na sequência, conduz-se uma discussão acerca das características teóricas inerentes à orientação técnico-econômica de cunho funcionalista para a compreensão das redes interorganizacionais.

#### 4 ABORDAGEM TÉCNICO-ECONÔMICA NORTE-AMERICANA DA ESTRUTURA EM REDE

Os estudos sobre redes interorganizacionais empreendidos por autores norte-americanos geralmente têm por referência uma orientação técnico-econômica, dada a partir da predominância da tradição sociológica funcionalista naquele país. Tal pressuposto técnico-econômico foi dado especialmente a partir da influência que teve a teoria de custos de transação (HILL, 1990; WILLIAMSON, 1991), como justificativa teórica do desenvolvimento das estruturas interorganizacionais em rede.

Williamson (1991) considera a estruturação interorganizacionais em rede como uma forma híbrida de arranjo organizacional para o controle dos custos de transação. O pressuposto central desta teoria é de que toda transação econômica pressupõe o risco do comportamento oportunístico – ou seja, o risco de que, para garantir maior vantagem, um dos participantes de uma transação econômica utilize meios escusos, como a mentira, o roubo ou a trapaça (HILL, 1990).

Assim, dados este risco e a incerteza presente na relação clássica de troca de mercado (onde existe a autonomia dos participantes), as relações interorganizacionais têm sido adaptadas para formas intermediárias entre a autonomia do livre mercado e o controle administrativo comum à estrutura organizacional clássica (caracterizado na teoria de Williamson [1991] pelo termo *hierarquia*).

Deste modo, os arranjos em rede são considerados como instrumentos eficazes de controle dos custos de transação, pois permitem uma melhor regulação de operações interorganizacionais comumente regidas pela lógica de mercado e, ao mesmo tempo, não comprometem a capacidade de rápida adaptação às mudanças nas ‘regras do jogo econômico’ (como, por exemplo, mudanças no sistema de preços), dado que não se perde o caráter de firma autônoma.

Portanto, tida como uma forma de tecnologia gerencial, a abordagem técnico-econômica acaba por dar grande destaque para a questão da maior adaptação às mudanças e exigências impostas pelo processo de competitividade. Nesse sentido, Miles & Snow (1986) salientam que a complementaridade entre as competências das firmas participantes da rede provê um dinamismo estratégico que permite melhor resposta à crescente complexidade nos mercados competitivos. Como afirmam os autores

[a necessidade por] complementaridade permite a criação de redes elaboradas delineadas para manejar situações complexas, tais como projetos de construção internacional, nas quais não podem ser empreendidos por uma organização única. Ela também permite rápido ajustamento para condições de competição em mutação, como aquelas encontradas em muitos dos setores de bens de consumo (tais como o de vestuário e o eletrônico) (MILES; SNOW, 1986, p. 65).

Na abordagem técnico-econômica de redes, este imperativo das forças do ambiente econômico – que também se apresenta predominante na literatura organizacional (BURRELL; MORGAN, 1979) – contribui sobremaneira para que o entendimento do fenômeno de redes se restrinja ao âmbito da estrutura e da estratégia organizacional. Por exemplo, Cravens, Piercy & Shipp (1996) relacionam ao grau de volatilidade ambiental específicos tipos de estruturas em rede, assim como respectivos processos estratégicos; também Miles & Snow (1986) consideram ser o dinamismo das redes em setores industriais advindo da possibilidade de integração de diferentes tipos de posturas estratégicas.

Neste sentido, a abordagem técnico-econômica de redes é fortemente caracterizada pelo interesse no comportamento estratégico corporativo, sendo uma das principais categorias

consideradas a questão da vantagem competitiva (neste sentido, a adaptabilidade provida pelo arranjo de redes representa em si uma vantagem competitiva [MILES; SNOW, 1986; CRAVENS, PIERCY; SHIPP, 1996]).

O conceito de vantagem competitiva tem sempre sido relacionado pela literatura com a questão da eficiência no uso de recursos produtivos, especialmente a partir do recente desenvolvimento dado à teoria de dependência de recursos (GEORGE; WOOD JR.; KHAN, 2001). Neste sentido, a estrutura de redes tem sido considerada como um importante mecanismo de obtenção de recursos produtivos, em especial, os financeiros e tecnológicos. De outra forma, o incremento de recursos produtivos tem sido a grande vantagem atribuída à adoção do arranjo de redes por parte das pequenas e médias empresas (GEORGE; WOOD JR.; KHAN, 2001; PREMARATNE, 2001).

Outra forma de se reconhecer o foco da linha técnico-econômica de pesquisas sobre redes na questão dos recursos produtivos gira em torno da ideia de cadeia de valor, ideia esta mais especificamente expressa pelo conceito de *cluster*. Para Porter (1998, p. 78) – um dos grandes difusores das ideias de *cluster* e de vantagem e estratégia competitiva –, “*clusters* são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas em um campo particular” nos quais “abarcam uma disposição específica de setores industriais e outras entidades importantes para a competição”. Nestes termos, os *clusters* representam uma espécie de amplo arranjo em rede onde participam importantes atores do processo produtivo.

A concentração destes atores representa o pressuposto central do conceito de *cluster*, e, segundo os autores difusores desta ideia, também está aí o seu potencial competitivo, tendo em vista que a concentração de empresas e instituições de um mesmo setor produtivo permite o desenvolvimento de competências estruturais locais, especialmente quanto ao desenvolvimento de tecnologia e de uma adequada infraestrutura de distribuição, fornecimento, mão de obra especializada e tantos outros recursos produtivos.

Destarte, apesar dos autores da linha técnico-econômica considerarem a ideia de *cluster* sobre a questão da territorialidade, isto somente se configura em relação a categorias tecnológicas, estruturais e econômicas, não entrando no mérito cultural da região (matéria que configura um dos principais focos da abordagem histórico-cultural de redes, como será tratado adiante).

Se analisarmos as principais características desta categoria de estudiosos das redes interorganizacionais à luz do referencial epistemológico anteriormente construído, facilmente se verificarão os motivos da atribuição ‘técnico-econômica’ dada a este grupo. Primeiramente, com nitidez se verifica ser o tipo de orientação racional pressuposto nos conceitos de custo de transação e vantagem competitiva a racionalidade cognitivo-instrumental (como já indicavam KUMAR, VAN DISSEL; BIELLI, 1998), ou seja, a racionalidade que apenas diz respeito à dimensão objetiva da realidade – em especial, a dimensão econômica.

Dada esta limitação ao mundo objetivo da vida social, a abordagem técnico-econômica de redes não contempla os aspectos subjetivos da interação social (sendo a dimensão subjetiva apreendida, à luz da sociologia histórico-hermenêutica, a partir do processo de intersubjetividade). Em relação à teoria dos custos de transação, a orientação racional instrumental é explicitada na premissa de que o comportamento transacional abarca riscos intrínsecos, advindos da natureza oportunística da relação social econômica (como veremos no modelo seguinte, os autores de

orientação histórico-cultural questionam tal premissa por considerarem ser a dimensão econômica das interações sociais uma esfera embebida em um contexto cognitivo e cultural que nem sempre o comportamento oportunístico é a regra).

De resto, a premissa do comportamento oportunístico como única orientação no âmbito das organizações econômicas já foi questionada por outros trabalhos que visaram a revisão epistemológica, como, por exemplo, o de Ramos (1989) e o de Serva (1996). Estes autores também sugeriram ser a orientação racional-econômica característica de um paradigma específico de ciências sociais, predominante na área de administração e organizações, mas limitado a pressupostos específicos de uma visão econômica que é histórica e culturalmente limitada (como será observado na seção seguinte, este também se configura como um dos argumentos utilizados pelos autores da abordagem histórico-cultural que pesquisaram as redes distritais para questionar a leitura norte-americana dos distritos italianos).

O imperativo do ambiente econômico também é outro indicativo da relação do paradigma técnico-econômico com a orientação científica objetivista. Como foi ressaltado, a visão determinista da natureza humana corresponde a uma das características da orientação objetivista. Em parte, isto é devido ao pressuposto realista, no qual as categorias externas da realidade social são tidas como abarcando uma significação independente da nossa cognição; por sua vez, este processo de reificação da realidade social externa faz com que se considere as categorias ‘ambiente’, ‘estrutura’ e ‘estratégia’ organizacionais como entidades concretas autônomas mais relevantes que as ações dos sujeitos do fenômeno organizacional (BURRELL; MORGAN, 1979).

O objetivismo neste paradigma também se expressa no próprio interesse pela questão dos recursos, donde os de maior relevância são os que melhor abarcam uma dimensão material em resposta aos imperativos do ambiente econômico e competitivo, e que, por isso mesmo, é passível de mensuração e manipulação. É assim que muitos estudos sobre redes caracterizados pela abordagem técnico-econômica têm ressaltado fatores tecnológicos concretos como aspectos centrais no processo de administração das redes, como, por exemplo, os trabalhos de Miles e Snow (1986) e de Johnston & Lawrence (1988), que ressaltam o papel central que a tecnologia da informação tem na efetividade do modelo de estrutura em rede.

Após a análise dos pressupostos funcionalistas, a seguir, veremos a abordagem histórico-cultural do fenômeno de redes interorganizacionais, caracterizada por um conjunto de orientações epistemológicas que incide em sentido oposto ao da orientação técnico-econômica.

## **5 ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL ORIGINÁRIA A PARTIR DOS DISTRITOS ITALIANOS**

A abordagem histórico-cultural do fenômeno das redes interorganizacionais surge de maneira mais significativa a partir da crítica feita à leitura que certos autores norte-americanos fizeram sobre o caso dos distritos italianos. Tendo se destacado pelo enorme desempenho competitivo no mercado mundial, o caso das redes interorganizacionais na região conhecida por Terceira Itália (centro e nordeste da Itália) deu ensejo a interpretações de autores baseados na corrente técnico-econômica (por exemplo, como é o caso do estudo de Porter [1998] e o de Johnston e Lawrence [1988]).

Tendo sido tais interpretações empreendidas à luz do arcabouço teórico comum na literatura organizacional norte-americana – ou seja, aquele baseado nas premissas do pragmatismo e do

comportamento oportunístico –, as críticas de autores italianos e da escola francesa assinalavam o sentido equivocado de tais interpretações da experiência italiana. Basicamente, tais críticas foram feitas a partir de três questões: o problema cultural, o problema histórico e o problema da significação dada ao comportamento cooperativo entre os participantes na rede.

Segundo os críticos, estas questões são desconsideradas pelas interpretações técnico-econômicas norte-americanas, e é nisto que consiste a limitação destas últimas. Nesse sentido, é a partir destas três temáticas que se pode configurar esta abordagem de análise dos distritos italianos como sendo de natureza fenomenológica; por outro lado, esta abordagem tem se consolidado como forma de se observar e tratar cientificamente os fenômenos das redes em outros contextos que não aquele da experiência italiana (por exemplo, em casos na França, nos Estados Unidos e mesmo no Brasil [BENKO; LIPIETZ, 2000]).

A questão da cultura configura-se como principal item explicativo do caso italiano e, devido a isso, dá ensejo a um formato investigativo de cunho etnometodológico. Assim, têm-se constituído estudos sobre os distritos italianos baseados nos postulados metodológicos e conceituais da antropologia e da sociologia compreensiva (KUMAR; VAN DISSEL; BIELLI, 1998).

Nesses estudos, tem-se destacado que a economia dos distritos italianos tem maior relação com aspectos da cultura local do que com prerrogativas administrativas e organizacionais. Os autores tentam demonstrar que o sentido da cooperação entre os participantes da rede (sejam pequenos empresários, funcionários, sub-contratados ou contratantes) não é dada *a priori* pelo interesse econômico, mas por laços de afetividade e confiança entre os membros, configurada, antes, como uma forte característica do povo italiano (RITAINE, 1990; KUMAR; VAN DISSEL; BIELLI, 1998).

A partir desta orientação sócio-cultural, emergem novas abordagens teóricas para tratar das organizações produtivas, abordagens estas que buscam integrar ao olhar puramente econômico outras disciplinas mais capazes de melhor evidenciar pressupostos e questões subjetivistas. Este parece ser o caso da geografia sócio-econômica da tradição francesa de ciências sociais (BENKO; LIPIETZ, 2000).

Consustanciada em torno de uma perspectiva fenomenológica sobre os espaços geográficos, esta nova corrente de ciência social tem por principal diretriz explicativa dos fenômenos de redes a dimensão interacionista da construção do espaço físico e econômico, dada por um processo dialético de transformação, no qual se considera a historicidade e a subjetividade da questão econômica enquanto categoria específica (e conseqüente) de um processo mais amplo de interação social. Benko & Lipietz (2000, p. 13-14) assim expressam o sentido dado pela geografia sócio-econômica ao espaço:

A geografia humana, regional, econômica ou ecológica considera que o espaço é a dimensão material das relações sociais. É a atividade humana, as relações humanas de todas as naturezas que constituem a substância mesma do espaço, um pouco como a teoria einsteniana onde o espaço só existe como campo de forças, como variação de potencial, estruturado pelo seu conteúdo de matéria e de energia. O espaço regional é tecido por relações sociais, passadas, ele é remodelado pelas múltiplas iniciativas dos atores (os administradores, as empresas...) que buscam ‘tirar proveito’ de um espaço humano ‘sempre já dado’ (como dizia Althusser), mas, assim fazendo, transformam esse espaço, modificando o campo de forças. Espaço dado (genealógico) e espaço projetado (pela estrutura ativa) são todos dois a espacialidade (a dimensão espacial) de relações sociais, uns já estabelecidos, os outros em plena emergência, e de sua fecundidade recíproca nasce a realidade de uma geografia sócio-econômica.

É neste sentido que nasce o interesse pela territorialidade do fenômeno de redes interorganizacionais. Segundo Cocco (1999), este se configura como um dos fundamentos que caracterizam o modelo dos distritos, e que, por isso mesmo, devem ser considerados no entendimento de uma possível replicabilidade da experiência italiana. Nesse sentido, o tecido social que deriva da identidade cultural subjacente aos territórios onde se estabelecem as redes interorganizacionais sobrepõe-se ao imperativo tecnológico como fundamento primeiro na explicação do ‘sucesso’ dos distritos – invertendo, desta forma, a lógica objetivista do conceito de *cluster*.

Quanto a essa inversão, vejamos o seguinte trecho:

Nos distritos, o tecido socioterritorial favoreceu a construção de uma rede material e cognitiva capaz de internalizar as inovações tecnológicas nos processos locais de aprendizagem produtiva. Este mesmo tecido tornou possível a atenuação da concorrência através de formas originais de cooperação, possibilitando, mais geralmente, a manutenção da união entre economia e sociedade (COCCO, 1999, p. 22).

De outra forma, na abordagem cultural do fenômeno de redes, também subjaz uma crítica à cultura norte-americana. De acordo com os críticos, a perspectiva norte-americana sobre os distritos italianos é constituída tendo por base premissas engendradas na cultura daquele povo – mais especificamente, quanto à universalidade do comportamento oportunístico nas transações econômicas; todavia, ao exportar-se a perspectiva oportunística para os casos italianos, não se considerou que se tratava de um contexto cultural diferente das recentes sociedades ocidentais (KUMAR; VAN DISSEL; BIELLI, 1998).

Nas regiões onde se estabeleceram os distritos, existem traços culturais muito diversos do comportamento ‘orientado para a tarefa’ da sociedade anglo-saxônica recente (TOENNIES apud KUMAR; VAN DISSEL; BIELLI, 1998), onde tais traços culturais eram atribuídos a uma sociedade anterior à atual sociedade moderna – a da Itália medieval (RITAINE, 1990). Assim, também se fazia necessário um aprofundamento histórico na explicação do caso italiano de redes, o que representava uma nova contraposição ao formato a-histórico da explicação funcionalista.

A história das comunidades italianas onde se estabeleceram os distritos também tem sido fundamental nas explicações dos autores da abordagem histórico-cultural. Em parte, isso pode ser explicado pela própria relação que a historicidade assume com os métodos e pressupostos das abordagens de ciências sociais que têm na cultura um importante substrato (MINAYO, 1993); todavia, uma justificação pragmática para esta postura historicista reside na própria busca pela sedimentação de laços sociais fortes, fundamentais para a lógica de cooperação que se estabelece no caso dos distritos.

Ritaine (1990), por exemplo, remonta o sistema denominado por *Filiere Tessili* do distrito têxtil de Prato, região de Toscana (um sistema de rede baseado no acoplamento ad hoc entre diferentes etapas do processo produtivo têxtil), à cultura da lã no século treze, onde importantes personagens mantiveram suas principais características ao longo dos séculos, como é o caso do *impanatore* – o responsável pelas encomendas, e também responsável pela escolha das empresas subcontratadas em processos de produção *ad hoc* – assim como se mantiveram (e solidificaram) comportamentos culturais da era medieval. Um destes comportamentos culturais que se sedimentaram ao longo do tempo tem sido denominado como lógica da confiança.

Segundo diversos autores, a lógica da confiança é o mais importante traço cultural dos distritos italianos (INZERILLI, 1990; BAGNASCO; TRIGILIA, 1990; RITAINE, 1990; RAVEYRE; SAGLIO, 1990; BELLANI, 1990; LAZERSON, 1995; KUMAR; VAN DISSEL; BIELLI, 1998). Na perspectiva da geografia sócio-econômica, a questão da confiança subjaz à conotação pública que assume o processo produtivo, o que também configura o sentido cultural da relação de confiança. Além de ser entendida como um aspecto cognitivo social e historicamente constituído, a lógica da confiança indica serem as relações e transações sustentadas por um forte vínculo de identidade entre os membros participantes da rede, ou seja, os autores da abordagem histórico-cultural de redes “consideram como o mecanismo fundamental para a confiança a identificação mútua” (KUMAR; VAN DISSEL; BIELLI, 1998, p. 216).

Por sua vez, no modelo de ação social de Habermas (1987), a orientação sustentada na identidade comunitária – e, conseqüentemente, na reciprocidade – é a ação comunicativa, um tipo de ação racional orientada para o entendimento e dada dentro de um processo pleno de intersubjetividade. No estudo das redes interorganizacionais, chega-se mesmo a considerar a confiança como um tipo de racionalidade (KUMAR; VAN DISSEL; BIELLI, 1998) que, tal qual no modelo habermasiano, é diametralmente oposto à orientação racional instrumental (técnico-econômica), o tipo essencialmente centrado no individualismo.

Deste modo, constata-se que este forte componente social aliado à premissa de cognição intersubjetiva permite que se considere no paradigma histórico-cultural das pesquisas sobre redes categorias comuns à ontologia subjetivista, tais como a esfera do mundo da vida cotidiana (da fenomenologia de Schutz [1979]), ou a perspectiva da representação social, constituída a partir do interacionismo simbólico.

Para sintetizar os principais pontos distintivos dos dois modelos paradigmáticos tratados no presente trabalho, apresentamos o quadro 2.

**Quadro 2 – Síntese dos aspectos epistemológicos considerados**

| <b>Abordagem técnico-econômica</b>                               | <b>Abordagem histórico-cultural</b>  |
|--|--|
| Comportamento oportunístico                                      | Ênfase no âmbito histórico-cultural  |
| Racionalidade cognitivo-instrumental                             | Uso de perspectivas sociológicas subjetivistas   |
| Determinismo ambiental   | Conceito de territorialidade (enquanto categoria culturalmente constituída)  |
| Reificação de categorias organizacionais (estrutura; estratégia) | Consideração da esfera econômica como um enclave emerso em uma dimensão social mais ampla  |
| Ênfase em fatores tecnológicos                                   | Consideração da confiança enquanto pressuposto intersubjetivo (reconhecimento mútuo e identidade)                                |
| Nenhuma ou pouca consideração do imperativo sócio-cultural       | Consideração das relações interorganizacionais enquanto interações sociais efetivadas no mundo vivido (categoria fenomenológica) |

Fonte: Elaboração Própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração final a ser feita a respeito da distinção paradigmática aqui efetuada é a de que tal diferenciação abarca severas limitações, tendo em conta especialmente a existência de trabalhos efetuados no sentido de condensar em uma só as duas abordagens. A coleção de artigos na qual integra o texto de Cocco (1999), por exemplo, configura-se de maneira eclética diante das separações epistemológicas aqui pretendidas, abarcando, em seu conjunto, uma múltipla perspectiva, tanto técnico-econômica, quanto histórico-cultural; outros trabalhos inspirados na experiência italiana abarcam uma forte orientação tecnicista, mas não deixam de considerar a importância da dimensão histórico-cultural na efetivação do modelo de redes (CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001).

Nada obstante, tal ressalva não representa um impedimento para que se pense na distinção paradigmática aqui pretendida. Outrossim, se consideramos os modelos teóricos utilizados como base para o presente esforço epistemológico – o modelo de Burrell & Morgan (1979) e a Teoria Crítica de Habermas (1975; 1987) –, veremos que ambos também se configuram em um formato ideal-típico, servindo apenas como base didática, constituída unicamente para fins analíticos. Assim, que fique claro que esta também é a dimensão aqui pretendida, não restando dúvidas quanto à finalidade exclusivamente analítica subjacente ao presente esforço.

Tendo em conta ser predominante a orientação técnico-econômica de pesquisas sobre redes no campo de Estudos Organizacionais, propomos uma agenda de pesquisa para estudos futuros baseados na abordagem histórico-cultural, no intuito de elucidar os possíveis caminhos e contribuições deste tipo de investigação organizacional, especialmente em relação à realidade brasileira.

A primeira proposta envolve a ênfase em *estudos sobre a rede de significados constituídos nas relações entre os atores das redes interorganizacionais*. Conforme discutido por Smircich (1983), a formação e desenvolvimento de uma rede de significados compartilhados por uma comunidade organizacional é um interessante objeto da abordagem histórico-cultural em estudos organizacionais e também configura um importante fator a ser considerado para o entendimento sobre a formação e as especificidades das redes interorganizacionais.

Sob o ponto de vista fenomenológico, Habermas (1987) pontua que a constituição de significados compartilhados é um processo que envolve níveis de interação intersubjetiva, que permitem reconhecer a natureza dos laços entre os membros de uma mesma comunidade comunicativa, e envolve dimensões da interação face-a-face que vão além da relação racional-objetiva. Esta referência de análise pode ser proveitosa para explicar como a racionalidade presente nas interações em rede se relaciona intrinsecamente com outras lógicas de natureza diversa da orientação racional-instrumental.

O segundo aspecto a ser destacado é o desenvolvimento de *estudos historiográficos sobre as bases institucionais do contexto territorial das redes interorganizacionais*. Como sugerido por Jacques (2006), as pesquisas historicamente orientadas são raras ou diletantes na área de Estudos Organizacionais. Todavia, este tipo de investigação, como apontam Booth & Rowlinson (2006), pode contribuir para a teorização de práticas organizacionais recentes na medida em que informam sobre a formação destas práticas em contexto histórico-culturais específicos.

Nesse sentido, a pesquisa historiográfica relacionada às empresas associadas em rede pode explicar especificidades locais que indicam importantes diferenças no funcionamento de uma



determinada estrutura em rede, de maneira a melhor orientar o esforço do pesquisador no que tange à generalização ou à extrapolação para outros contextos dos mecanismos de um específico caso de rede interorganizações.

As propostas de futuras pesquisas se encerram com os *estudos sobre a dinâmica da confiança e sua relação com as redes interorganizacionais*. Rousseau *et al* (1998) salientam que a questão da confiança tem sido menosprezada nos estudos organizacionais brasileiros, algo que não ocorre na literatura estrangeira. Todavia, mesmo no âmbito acadêmico internacional, a confiança é predominantemente tratada como uma variável objetiva, especialmente, segundo a perspectiva da psicologia comportamental.

Nesse sentido, o que propomos para o estudo da confiança nas redes interorganizacionais no Brasil é um entendimento interpretativista deste fenômeno, em que o sentido da confiança se estabelece a partir da construção social de significações. Assim, inspirados em Felts (1992), entendemos que a confiança pode ser observada como uma importante referência para a análise do processo de intersubjetividade, no qual a interação entre sujeitos comunicativos competentes se estabelece a partir de níveis de confiança e reciprocidade.

Finalmente, em contribuição a estudos futuros, pretendíamos, com o presente trabalho, elucidar a respeito de novas possibilidades epistemológicas para a pesquisa sobre redes interorganizacionais. Considerando que, no caso brasileiro, persiste a hegemonia da abordagem técnico-econômica (algo que se justifica pela influência da literatura norte-americana nos estudos organizacionais), estudos de redes interorganizacionais brasileiras, sustentados por uma orientação histórico-cultural podem ser de grande contribuição para que se amplie o entendimento sobre as especificidades das redes interorganizacionais neste país.

Apesar da predominância da epistemologia funcionalista na academia brasileira não configurar necessariamente como problemática, indica uma limitação quanto às possibilidades de investigação em nosso país deste rico objeto de estudo, tendo em conta as crescentes descobertas sobre o fenômeno de redes interorganizacionais que vêm sendo empreendidas à luz da orientação histórico-cultural. A abordagem da geografia sócio-econômica, por exemplo, tem permitido que melhor se viabilize a replicação do modelo distrital italiano em outras regiões, justamente por sustentar-se em uma base de investigação fenomenológica, onde os aspectos culturais são observados de forma mais acurada, permitindo, assim, que compreenda as especificidades locais em sua construção histórica, para que se revelem possíveis mecanismos de sustentação do sistema de redes em outras realidades histórico-culturais.

## REFERÊNCIAS

---

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999. p. 227-271.

BAGNASCO, A.; TRIGILIA, G. Entrepreneurship and diffuse industrialization. **International Studies of Management & Organization**, v.20, n. 4, p. 22-48, winter 1990.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R. Réplica – Redes são redes ou redes são organizações? **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 523-533, Jul./Ago. 2014.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JUNIOR, E. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 3, art. 4, p.458-477, maio/jun. 2010.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs). **La richesse des regions: la nouvelle géographie socio-économique**. Paris: PUF, 2000.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. **Management & organizational history**, v. 1, n. 1, p. 5-30, 2006.

BURRELL G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTRO, M.; BULGACOV, S.; HOFFMANN, V. E. Relacionamentos interorganizacionais e resultados: estudo em uma rede de cooperação horizontal da região central do Paraná. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 1, art. 2, p.25-46, jan./fev. 2011.

CASTRO, M.; GONÇALVES, S. A. Contexto institucional de referência e governança de redes: estudo em arranjos produtivos locais do estado do Paraná. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1281-1304, set./out. 2014.

COCCO, G. Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. (Orgs). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 13-32.

CRAVENS, D. W.; PIERCY, N. F.; SHIPP, Shannon H. New organizational forms for competing in highly dynamic environments: the network paradigm. **British Journal of Management**, v. 7, n. 3, sep/ 1996.

FELTS, A. A. Organizational communication. **Administration & Society**, London, v. 23, n. 4, p. 495-517, 1992.

GEORGE, G.; WOOD JR, D. R.; KHAN, R.. Networking strategy of boards: implications for small and medium-sized enterprises. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 13, p. 269-285, 2001.

HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: \_\_\_\_\_. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 291-302. (Coleção Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987. 2 v.

HASSARD, J. **Sociology and organization theory: positivism, paradigms and postmodernity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HILL, C. W. L. Cooperation, opportunism, and the invisible hand: implications for transaction cost theory. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 3, p. 500-514, jul./1990.

INZERILLI, G. The italian alternative: flexible organization and social management. **International Studies of Management & Organization**, v. 20 n. 4, p. 6-21, winter 1990.

JACQUES, Roy Stager. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. **Management & organizational history**, v. 1, n. 1, p. 31-49, 2006.

JOHNSTON, R.; LAWRENCE, P. R. Beyond vertical integration: the rise of the value-added partnership. **Harvard Business Review**, p. 94-101, july/august 1988.

KUMAR, K.; VAN DISSEL, H. G.; BIELLI, P. The merchant of Prato revisited: toward a third rationality of information systems. **MIS Quarterly**, v. 22, n. 2, p. 199-226, june 1998.

LAZERSON, M. A new phoenix?: modern putting-out in the Modena knitwear industry. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 34-59, march 1995.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. Organizations: new concepts for new forms. **California Management Review**, v. 28, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

OLIVEIRA, C. C. G.; LOPES, H. E. G. Coopetição em redes interpessoais: redes são redes. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 508-522, jul./ago. 2014.

OLIVEIRA, C. C. G.; LOPES, H. E. G. Tréplica – Redes de indivíduos e redes de instituições como redes e, claro, organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 534-546, Jul./Ago. 2014.

OLIVEIRA, A. L.; REZENDE, D. C.; CARVALHO, C. C. Redes interorganizacionais horizontais vistas como sistemas adaptativos complexos coevolutivos: o caso de uma rede de supermercados. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 1, art. 4, p. 67-83, jan./fev. 2011.

PORTER, M. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 6, p. 77-90, nov./dec. 1998.

PREMARATNE, S. P. Networks, resources, and small business growth: the experience in Sri Lanka. **Journal of Small Business Management**, v. 39, n. 4, p. 363-371, 2001.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RAVEYRE, M. F.; SAGLIO, J. Localized industrial systems: elements for a sociological analysis of industrial groups of SMEs. **International Studies of Management & Organization**, v. 20, n. 4, p. 77-92, winter 1990.

RAUD, C. L'industrialisation dans les pays en développement: une analyse à partir du cas brésilien. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs). **La richesse des regions: la nouvelle géographie socio-économique**. Paris, PUF, 2000, p. 249-269.

ROUSSEAU, D. M.; SITKIN, S. B.; BURT, R. S.; CAMERER, C. Not so different after all: a cross-discipline view of trust. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 3, p. 393-404, 1998.

RITAINE, E. Prato: an extreme case of diffuse industrialization. **International Studies of Management & Organization**, v. 20 n. 4, p. 61-76, winter 1990.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SERVA, M. **A importação de metodologias administrativas no Brasil**. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

SERVA, M. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. São Paulo, 1996. 633 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2 v.

SMIRCICH, L. Organizations as shared meanings. In: PONDY, L. **Organizational symbolism**. Greenwich: Jal, 1983.

STEFFY, B. D.; GRIMES, A. J. A critical theory of organization science. **Academy of Management Review**, v. 11, n. 2, p. 322-336, 1986.

WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: The analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36 n. 2, p. 269-287, june 1991.

WILLMOTT, H. Management and organization studies as science? **Organization**, London, v. 4, n. 3, p. 309-344, 1997.

ZANCAN, C.; SANTOS, P. C. F.; COSTA, A. C. S.; CRUZ, N. J. T. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 647-669, maio./jun. 2013.